

Expansão da educação superior para o semiárido: um debate necessário

Wagner Pires da Silva¹
Erlene Pereira Barbosa²

RESUMO

A partir do primeiro governo Lula iniciou-se uma política pública de expansão da Educação Superior, com ampliação de vagas e criação de novas universidades e campi em regiões que tinham pouca presença de instituições desse nível de ensino. Essa expansão efetuou-se tanto por meio de instituições públicas, quanto por privadas, evidenciando-se dois modelos de educação superior, um notadamente mercantilista, e o outro, mesmo com suas contradições e recebendo pressões externas para que se aproxime mais do outro modelo, que se volta ao serviço à sociedade brasileira. Este trabalho procura registrar este momento da Universidade Brasileira, tomando por base o sul do Ceará, onde está instalada a Universidade Federal do Cariri, instituição criada por essa política de expansão. O trabalho fundamentou-se em uma revisão bibliográfica sobre o tema e na coleta de dados quantitativos do território. Sobre o material coletado foi realizada uma abordagem na perspectiva crítica, embasado na teoria marxista, para apontar as contradições dessa expansão e os pontos positivos da mesma. Os resultados do estudo apontam para a necessidade de um modelo diferenciado de Ensino Superior, que responda as demandas do Semiárido, embora o sistema capitalista exerça cada vez maior pressão para que o Ensino Superior se padronize de acordo com o projeto do capital para o território.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas Públicas. Financiamento. Fundo Público.

1 Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior na Universidade Federal do Ceará – UFC. Administrador da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Realiza pesquisas na área de políticas públicas para Educação Superior, Cultura Organizacional e Gestão da Inovação. Email: wagner.pires@ufca.edu.br.

2 Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade do Vale do Jaguaribe. Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará. Email: erlene2013@gmail.com

Expansion of higher education for the semiarid: a necessary debate

ABSTRACT

From the first Lula government onwards, a public policy of expansion of Higher Education began, with expansion of vacancies, creation of new universities and campuses in regions that had little presence of institutions of this level of education. This expansion took place both through public and private institutions, with two models of higher education, one notably mercantilist, and the other, even with its contradictions and receiving external pressures to get closer to the other model, which returns to service to Brazilian society. This work seeks to record this moment of the Brazilian University, based on the south of Ceará, where the Federal University of Cariri is located, an institution created by this expansion policy. The work was based on a literature review on the topic, and the collection of quantitative data from the territory. A critical approach was taken on the material collected, based on the Marxist theory, to point out the contradictions of this expansion and the positive points of it. The results of the study point to the need for a differentiated model of Higher Education, which responds to the demands of the Semi-arid Region, although the capitalist system exerts increasing pressure for Higher Education to standardize according to the capital project for the territory.

Keywords: Higher Education. Public policy. Financing. Public Background.

Expansión de la enseñanza superior para el semiárido: un debate necesario

RESUMEN

Desde el primer gobierno Lula se inició una política pública de expansión de la Enseñanza Superior, con la ampliación de plazas, creación de nuevas universidades y campi en regiones donde había poca presencia de instituciones de dicho nivel de enseñanza. Esta expansión se efectuó tanto por medio de instituciones públicas como por privadas, evidenciándose dos modelos de enseñanza superior, uno especialmente mercantilista mientras que el otro con sus contradicciones y recibiendo presiones externas para que se acerque más del otro modelo se vuelve

al servicio de la sociedad brasileña. Este trabajo busca registrar este momento de la Universidad Brasileña, tomando por base el sur de Ceará, donde está ubicada la Universidad Federal do Cariri, institución creada por dicha política de expansión. Basándose en una revisión bibliográfica sobre el tema y la recogida de datos cuantitativos del territorio. Sobre el material recogido fue realizado un abordaje en la perspectiva crítica, basado en la teoría marxista, para señalar las contradicciones de dicha expansión y sus puntos positivos. Los resultados del estudio evidencian la necesidad de un modelo diferenciado de Enseñanza Superior, que conteste a las demandas del Semiárido, aunque el sistema capitalista ejerza cada vez mayor presión para que la Enseñanza Superior se estandarice de acuerdo con el proyecto del capital para el territorio.

Palabras clave: Enseñanza Superior. Políticas Públicas. Financiación. Fondo Público.

Introdução

O território semiárido, que se estende pelo interior do Nordeste, tornou-se conhecido como uma região marcada por problemas. Durante anos a educação ofertada para o território simplesmente reproduziu a estrutura que negava valor ao semiárido e sua gente, além de estimular o êxodo para outras regiões dentro de uma estrutura em que o sertanejo seria fonte de alimentação para o exército de reserva para os empregos das grandes cidades do eixo sul-sudeste, bem como das capitais dos estados nordestinos.

Em fins do século XX, notadamente na década de 1990, inaugurou-se uma nova fase nas relações capitalistas com o semiárido. Atraídas pela concessão de benefícios fiscais, diversas empresas passam a se fixar na região ao mesmo tempo em que o agronegócio expande-se, principalmente na produção de frutas para a exportação, estabelecendo novas relações de trabalho no campo. Essas empresas passam a explorar diretamente a mão-de-obra da região.

O estabelecimento de novas relações entre capital e trabalho no semiárido estimulou mudanças na educação do território. Nas primeiras décadas do século XXI, o interior do Nordeste recebeu investimentos em educação básica, técnica e superior. Mesmo assim, o modelo de atuação do Estado na região, marcado pela política de combate às secas, começa a se reinventar, adotando um novo paradigma: o de convivência com o semiárido.

A Educação e o Semiárido

Na prática, a educação ministrada no semiárido, durante a maior parte de sua história, desconsiderava o que já existia na região: seus recursos, tanto naturais quanto humanos, realizando uma desertificação de ideias, de propostas e de iniciativas que pudessem surgir do próprio semiárido (PEREIRA, 2013). Com a prática da convivência com o semiárido, a educação deveria passar a valorizar “as lutas e as conquistas do povo desta região diante do desafio de viver em um lugar estereotipado historicamente de inviável” (PEREIRA, 2013, p.116).

A educação no semiárido está mudando. E essas mudanças precisam avançar no sentido de atender as demandas de sua população e não aos interesses do capital. Este trabalho vai procurar discutir como a educação precisa ir além do capital para que possa realmente proporcionar desenvolvimento sustentável e diminuir a desigualdade social por meio da inserção de um modelo de educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

A educação que passou a ser ofertada nos últimos anos no território semiárido busca adequar a mão-de-obra da região às necessidades das empresas que estão se estabelecendo. Ela apresenta avanços em relação ao modelo anterior, mas mantém a estrutura de exploração. Em alguns casos, apenas adiam o êxodo para um momento posterior, uma vez que as oportunidades continuam escassas e a maior parte das cidades do semiárido permanece com poucas características urbanas, exercendo funções ligadas à prestação de serviços públicos, muitas vezes precários, e à atividade comercial, sendo que “as cidades de maior porte começam a revelar um perfil mais caracteristicamente urbano, com atividades industriais e serviços mais diversificados, mas o quadro geral ainda é de forte vinculação ao campo” (BURZSTYN; CHACON, 2011, p.44).

Entender a relação entre educação, capital e trabalho é essencial para compreender que os investimentos e a criação de novas escolas, universidades e cursos, pouco fazem para mudar a realidade da maior parte da população do semiárido. Durante muitos anos, apontaram-se fatores naturais e climáticos - como a seca -, como o motivo da pobreza e da falta de perspectivas do território. Na verdade, os problemas do semiárido não são tanto os resultados de uma natureza inclemente quanto resultados do desenvolvimento das forças produtivas do semiárido,

uma vez que “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual” (MARX, 1986, p.25).

A educação deve pensar nas especificidades do Semiárido, possibilitando uma nova percepção do semiárido, integrando as ações do educador ao contexto dos alunos (BEZERRA; ROSITO, 2011). Essas especificidades incluem, não apenas suas características naturais, mas o fato da inserção tardia do território no sistema capitalista brasileiro. A educação deve se ater ao fato de que precisa conduzir à superação desse processo de acomodação aos interesses do capital, lançando as bases para a emancipação dos sertanejos.

Para abordar a educação no semiárido é preciso determinar o que é o semiárido e o que o mesmo representa no contexto brasileiro para daí buscar compreender a dinâmica das mudanças nas relações de trabalho ao longo dos anos, principalmente nas últimas três décadas. Para isso, a pesquisa vai utilizar-se da literatura sobre o território produzida na última década onde tal assunto é posto em pauta.

De acordo com Queiroz (2009) o semiárido brasileiro é tratado pelo poder público e visto pela maior parte da população brasileira como uma região problema. Essa construção, no entanto, ressalta Albuquerque Júnior (2011), é fruto de determinadas relações de poder e do saber a elas atrelado. O que ocorre é a soma dos interesses das elites locais com pré-julgamentos superficiais sobre o território para naturalizar os problemas da região, colocando a seca como a principal vilã da região, responsável, se não por todos, pela maior parte dos problemas do semiárido.

Esta visão é a responsável pelas primeiras políticas públicas para o semiárido marcadas pelo paradigma de combate às secas que, entendendo o interior do Nordeste como uma região problema, considerava-o também como um território que não possui nem produz conhecimento, lugar em que vivia um povo sem educação e atrasado, fato que implica na resolução de seus problemas de forma imposta, vinda de fora da região (BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

Isto se refletia na educação, pois, o ensino ofertado neste modelo ampliava a sensação de vergonha do semiárido e até mesmo estimulava o êxodo para outras regiões dentro de um contexto histórico em que a burguesia brasileira precisava montar um exército de reserva para os empreendimentos capitalistas que se desenvolviam no eixo sul-sudeste. Em sintonia com a política de combate às secas, a educação era

usada para “manter as pessoas do Semiárido, especialmente do campo, ignorantes, analfabetas e desprovidas de qualquer conhecimento que as ajudassem a enfrentar a situação de descaso e discriminação que sofriam” (PEREIRA, 2013, p.118).

Um olhar marxista sobre o semiárido

As pressões do capital globalizado por expansão levaram a mudanças na forma de ver o semiárido. Este novo ciclo de expansão mundial do capitalismo, como observa Ianni (2011), desestrutura os projetos econômicos nacionais, realizando uma integração regional de acordo com os interesses e demandas do mercado.

Para Marx (2017), o processo de criação do sistema do capital consiste em transformar em capital os meios de subsistência e de produção ao retirar os meios de trabalho dos trabalhadores. Tal processo tem se efetuado no Semiárido com a desestruturação da agricultura familiar que força os trabalhadores rurais a migrarem para as cidades e impede que os artesãos mantenham suas atividades.

Separados os trabalhadores do semiárido de suas atividades tradicionais, ou seja, de seus meios de produção, o capital pode dispor de mão de obra barata e com pouca tradição sindical para as plantas industriais que se fixam no semiárido, desfrutando de custos menores para a força de trabalho quando comparados a outras regiões do país e ainda dos incentivos fiscais dos governos estaduais, ampliando a taxa de extração de mais-valia. O semiárido deixa de ser percebido como um lugar improdutivo e passa a se inserir na lógica do capital.

Uma análise do setor calçadista, que durante os anos 1990 e 2000 consolida a transferência de grandes plantas industriais para o Nordeste, mostra que “a busca por redução de custos foi certamente um dos motivos que levaram ao deslocamento de fábricas para o Nordeste, onde se destacam os estados do Ceará e da Bahia” (SANTOS *et al.* 2002, p.67).

Impulsionado por essa expansão do capitalismo marcada pelo deslocamento de indústrias e pela instalação do agronegócio no sertão nordestino, um novo paradigma de atuação na região surge: a convivência com o semiárido, cujas estratégias “relacionam-se a um processo de aprendizagem social, através de um novo olhar sobre o semiárido, considerando suas particularidades e potencialidades” (BEZERRA; ROSITO,

2011, p.185). A educação passaria por alterações, uma vez que deveria valorizar “as lutas e as conquistas do povo desta região diante do desafio de viver em um lugar estereotipado historicamente de inviável” (PEREIRA, 2013, p.116).

Cabe entender que a necessidade de expansão do capital não é para responder às demandas por integração ou melhor condições de vida das populações do semiárido, mas para conseguir a ampliação máxima da produtividade do trabalho e o aumento da exploração da força de trabalho. Marx (2017) esclarece que o que impele o capitalismo é a maior expansão possível do capital, ou seja, a maior exploração possível da força de trabalho.

Sendo assim, o que a convivência com o semiárido tem efetivamente realizado é a integração da região ao capitalismo sob uma perspectiva que dê voz aos de baixo, entretanto, como “indivíduos determinados, que, como produtores, atuam de uma maneira também determinada, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas” (MARX, 2005, p.50), mesmo esse paradigma, avançado em relação ao anterior, não consegue sair da lógica do capital. Como afirma Marx (2008b, p.49), “a totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”.

Ainda de acordo com Marx (2008a, p.135), “adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a sua vida, mudam todas as suas relações sociais”. A partir daí, compreende-se que para o pleno desenvolvimento das relações capitalistas no semiárido é preciso ruir as relações sociais anteriormente existentes na região que forneciam base sólida para a continuidade do modelo de combate às secas.

As contradições do capital se aprofundam na região. O desenvolvimento econômico dos últimos anos, longe de diminuir a desigualdade, a ampliou. Os centros mais dinâmicos do interior do Nordeste contam com bairros nobres e o seu cinturão de favelas, o que vai ao encontro da afirmação de Marx (2010, p.30) de que “na situação em progresso da sociedade, o declínio e o empobrecimento do trabalhador são o produto do seu trabalho e da riqueza por ele produzida”.

Neste contexto, o modelo de educação do semiárido vai ao encontro da reprodução do sistema, entendendo-se que “a educação não

é neutra. Ela perpetua e muitas vezes, reproduz aquilo que se vive na sociedade, seja para construir ou desconstruir estigmas e ideias. Ou seja, serve a um projeto político de sociedade” (PEREIRA, 2013, p.117).

Com relação à Educação Superior, as mudanças são ainda maiores, haja vista o território contar com poucas opções durante boa parte de sua história. Somente em fins do século XX, uma política pública de expansão estimula a criação de uma série de instituições que se dedicam a responder a demanda existente. Entender as contradições desse processo de expansão e como ele afeta toda a educação do semiárido auxiliam no entendimento dos desafios a serem enfrentados.

Políticas públicas para a educação superior

A Universidade brasileira constitui-se tardiamente. Enquanto a América espanhola recebe suas primeiras universidades já no século XVI, a possessão portuguesa no continente permanece sem instituições de ensino superior durante todo o período colonial, e mesmo após a independência, as elites contentam-se em manter faculdades isoladas em determinados pontos do país. Apenas nos anos 1930 são criadas as primeiras universidades, que se localizam principalmente nas capitais.

Essa universidade tardia é chamada a se reinventar no início do século XXI para receber um público que historicamente era excluído dela e para dialogar com territórios que até aquele momento haviam recebido pouca atenção dos formuladores de políticas públicas no tocante a instalação de campi e universidades nas cidades localizadas em regiões distantes das capitais. O desafio colocado à universidade era realizar a expansão com democratização e impedir que a universidade continuasse a ser um espaço destinado às elites, mas um direito social básico, com acesso a todos. Para isso, as políticas públicas do Ensino Superior precisavam ser formuladas para e com as populações que necessitam do acesso aos cursos de graduação.

Políticas públicas podem ser entendidas tanto como sendo as diretrizes traçadas para soluções de problemas públicos, embasadas em decisões que compreendem os conteúdos concreto e simbólico das demandas públicas, quanto o processo de construção e atuação dessas soluções (SECCHI, 2014). As políticas públicas devem atuar na “transformação de uma realidade social a partir da intervenção do Estado em determinado local” (SILVA; BASSI, 2012, p.15-16).

Para Silva e Bassi (2012), embora os governos sejam os principais aplicadores das políticas públicas, a elaboração das mesmas envolve diversos atores, muitos dos quais não são participantes formais da gestão do Estado. No sistema capitalista globalizado, a iniciativa privada não poderia deixar de ser um desses atores, haja vista a “necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados” (SEN, 2010, p.169). O Estado deveria suplementar os mecanismos de mercado com outras atividades institucionais (SEN, 2010) dentro de uma perspectiva em que Estado e Mercado atuem de forma complementar.

Entretanto, observa-se que cada vez mais “o mercado avança sobre setores, antes considerados de exclusiva atuação estatal. Assim, uma série de reformas é aplicada para diminuir a presença do Estado nessas áreas e abri-las para a exploração comercial” (BARBOSA; MACIEL; SILVA, 2018, p.4). Este receituário que objetiva diminuir a atuação do Estado, conhecido como neoliberalismo, é o que atualmente está sendo aplicado pelo governo brasileiro.

O semiárido brasileiro é o maior território semiárido do mundo em extensão, bem como em população, com mais de 21 milhões de habitantes distribuídos por cerca de 896 mil quilômetros, que perpassam os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Norte de Minas Gerais (SILVA, 2016). Esta área é marcada pela diversidade de forma que este trabalho optou por fazer um recorte e focar no Cariri Cearense.

Localizado ao sul do Ceará, geograficamente, a região ocupa a posição central do Nordeste brasileiro, sendo composta, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 154, de 20/10/2015, pelos municípios de Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre (CEARÁ, 2015). Os três municípios mais populosos do Cariri são os de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, tendo, de acordo com o Censo de 2010, uma população aproximada de 426.680 habitantes. Estas cidades concentram os principais equipamentos públicos da região, bem como sediam as principais instituições de Ensino Superior do Cariri.

A educação de nível superior, no Ceará, concentrou-se em Fortaleza até as últimas décadas do século XX, quando o interior do Estado passou a contar com a presença das Universidades estaduais. De acordo com Suliano (2013), embora a expansão do Ensino Superior para o interior cearense fosse uma demanda antiga, prevaleceu o modelo de concentração do Ensino Superior nas capitais. Assim, quando se inicia o século XXI, o Estado contava com a UFC, mantida pelo governo federal com atuação restrita à capital e três Universidades estaduais atuando no interior: a UECE, com sede em Fortaleza e faculdades em Crateús, Quixadá, Limoeiro do Norte e Iguatu; a UVA, em Sobral e a URCA, a mais recente, na região do Cariri. Mas a demanda por cursos de educação superior era muito superior à oferta.

O aumento das discussões sobre a diminuição das desigualdades brasileiras suscitou também as discussões sobre expansão da Educação Superior, afinal “a produção e a apropriação do conhecimento são condições insubstituíveis do desenvolvimento econômico e social” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011, p.42), sendo necessário garantir que esta produção e apropriação fosse realizada pelos mais diversos públicos, bem como promover debates sobre as políticas educacionais a serem aplicadas em cada território, entendendo que “é o ensino superior que tem uma das maiores responsabilidades na produção, sistematização e difusão do conhecimento, na pesquisa, na inovação tecnológica, na relação com a sociedade”. Essa visão acerca do ensino superior está no âmago da política dos governos Lula e Dilma (2003-2016) de expansão das universidades. Uma política que tem um potencial de transformação considerável, tendo em vista

[...] que a expansão é uma vertente da democratização do acesso à educação superior e considerando ainda a função social das instituições federais de ensino (IFES), qual seja a de contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais, é de se esperar que cada vez mais essas instituições derivem para as regiões menos favorecidas, onde a formação profissional tende a ser dificultada. (SULIANO, 2013, p.17).

Por volta de 2005, o movimento de interiorização da Universidade Federal do Ceará teve início por meio da instalação de *Campi* avançados nas maiores cidades de Sobral e Juazeiro do Norte. As universidades federais expandem sua atuação para o interior do Nordeste com

algum atraso em relação às instituições estaduais e de forma tímida se comparadas às instituições privadas, que na última década do século XX, começam a chegar a essas áreas, como reflexo das políticas públicas que privilegiavam o ensino superior privado em detrimento do público (SILVA, 2016, p.16). Quando se parte de uma perspectiva de desenvolvimento regional é preciso entender que o enfoque voltado às demandas sociais de territórios como o do semiárido, é geralmente abordado pelas universidades públicas que o fazem em detrimento das demandas do capital, as quais são a principal razão de ser do ensino privado.

A assunção de um novo papel social exige das instituições de ensino superior atuação direta nos processos de desenvolvimento econômico, social e cultural brasileiro, a fim de conciliar o compromisso e a criatividade, o empreendedorismo e as inovações tecnológicas e pedagógicas com as necessidades das populações por ela atingidas. (CHALUB ET ALL, 2012, p.126)

Ao aderir ao Programa de Expansão do Sistema Federal de Educação Superior, em 2005, a UFC deu início à criação de Campi nas cidades do interior cearense, priorizando as regiões onde já haviam sido criados os cursos de Medicina, constituindo assim o Campus Sobral; e o Campus Cariri, na cidade de Juazeiro do Norte, com os cursos de Administração, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Filosofia; e na cidade do Crato, o curso de Agronomia, somando-se ao referido curso de Medicina já existente em Barbalha.

O Campus UFC Cariri, que seria o embrião inicial da Universidade Federal do Cariri, instalado no sertão semiárido, passaria a atuar como uma das forças motoras do desenvolvimento regional ao ampliar o estudo a respeito do semiárido e de sua gente, realizando o diálogo com os saberes tradicionais do território, buscando “uma inserção da questão do semiárido de modo a ajudar na formação dos estudantes para compreenderem a região e possam contribuir com inovações relevantes para o desenvolvimento do semiárido” (QUEIRÓZ, 2009, p.139).

Diante desse panorama a comunidade acadêmica do Campus Cariri iniciou discussões ainda em 2011 para a sua constituição enquanto universidade desmembrada da UFC, o que permitiu que a criação da Universidade Federal do Cariri fosse fruto de uma política do governo, mas com a influência direta da sua comunidade acadêmica em sua implantação (SILVA, 2016).

Por fim, a Lei nº 12.826 de 05 de junho de 2013, cria a Universidade Federal do Cariri – UFCA por desmembramento da Universidade Federal do Ceará, recebendo do antigo Campus Cariri os campi de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, acrescido de dois campi que deveriam ser criados e implantados nas cidades de Brejo Santo e Icó. A nova Universidade já surge com uma forte intervenção no desenvolvimento socioeconômico do território do Cariri, ampliando a ênfase que a comunidade acadêmica vinha dando ao semiárido, pois o entendimento da comunidade universitária era de que poderia ser constituída uma universidade que os próprios sertanejos reconhecessem como sua (SILVA, 2016).

Para tanto, se faz necessário o contato entre os saberes universitários e os saberes populares do território, o que possibilita compreender o papel da convivência com o semiárido, retroalimentando as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, uma vez que

Essa concepção de convivência com o semiárido implica a reconstrução de valores, princípios e prioridades que orientem novas concepções de desenvolvimento sustentável, que dependem, em grande parte, de mudanças de conhecimentos e atitudes por parte da população e, principalmente, dos governantes, construindo e implementando políticas de educação inclusiva e contextualizada que garantam acesso, qualidade e respeito às diversidades do semiárido. É nesse espaço que a escola/educação adquire uma importância significativa: a de estar colaborando com a formação desses valores e o estabelecimento de prioridades para a região semiárida (BEZERRA; ROSITO, 2011, p.186).

Trata-se de uma Universidade que busca se tornar realidade em constante devir, em construção contínua. Uma universidade aberta à complexidade do semiárido leva a aplicação de novas formas dessa instituição se relacionar interna e externamente. “Implica em mais democracia, em maior participação dos servidores técnicos, dos estudantes e da comunidade na gestão da instituição, na elaboração de seus princípios e normas” (SILVA, 2016, p.74). É preciso entender que

As instituições federais de Ensino Superior não podem apenas expandirem-se para o sertão semiárido, é preciso que elas, ao contato com este semiárido se

transformem e possam ser vista tanto por seus pares, quanto pela comunidade interna e externa a instituição como uma universidade sertaneja. E reconhecer que os conhecimentos e saberes produzidos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão são tão representativos quanto àqueles produzidos nos grandes centros (SILVA, 2016, p.74).

A Universidade Federal do Cariri – UFCA reflete essa história, onde as opções pelo desenvolvimento sustentável e pelo diálogo entre a academia e o território em que se insere dão o tom do crescimento e do desenvolvimento da instituição.

A política pública que ensejou a criação da UFCA também estimulou o crescimento da rede privada de educação superior no território. Instituições originadas na própria região, assim como a instalação de grandes grupos, impulsionaram a oferta de vagas, transformando Juazeiro do Norte e seu entorno em uma cidade polo de Ensino Superior no interior cearense, atraindo estudantes não só de outras localidades do Ceará, como também dos estados vizinhos.

A expansão em dois modelos: público e privado

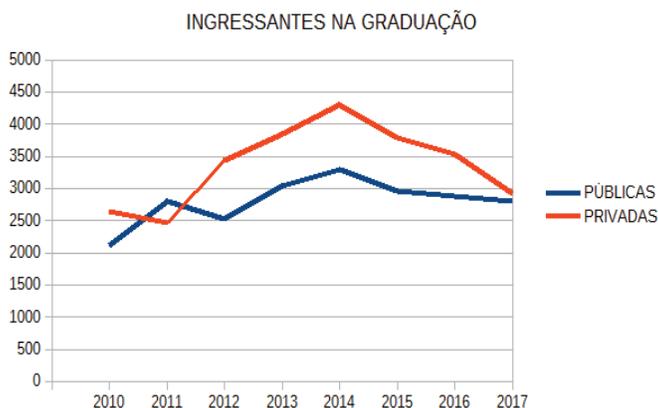
Existem dois modelos de Ensino Superior (o modelo privado e o modelo público), que embora pensados como complementares, têm se diferenciado em seus objetivos. O modelo privado tem se organizado enquanto empresa visando lucros e atendendo ao mercado, enquanto o modelo público busca atender demandas mais amplas, embora recebendo pressões, das mais variadas, para adaptar-se ao mercado.

A expansão da Educação Superior observada nas últimas décadas é uma política pública que leva universidades, centros universitários, faculdades e campi para populações e regiões antes desassistidas, o que é um fator positivo, mas por outro lado amplia o viés da educação como mercadoria em detrimento da visão da educação como um direito, pois a maior parte das vagas foi criada na rede privada.

No Cariri, especificamente no CRAJUBAR, como é chamada a conturbação que envolve os três maiores municípios da região (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), é possível observar que a expansão, que resultou na criação de uma Universidade Federal com campi

distribuídos pelos três núcleos urbanos, representou uma expansão ainda maior das vagas no ensino privado, como observado no gráfico abaixo:

Figura 1: Ingressantes em curso de graduação no CRAJUBAR, por Instituições públicas e privadas

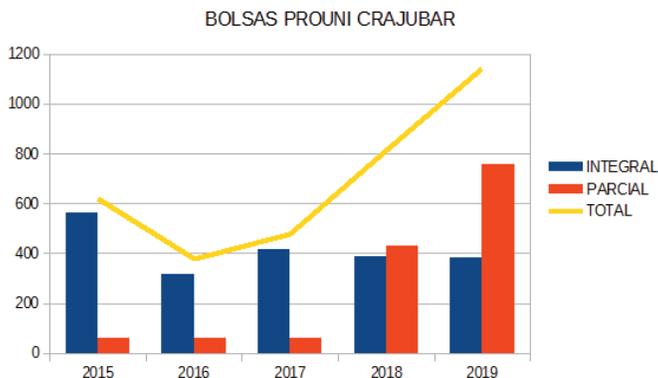


Fonte: Elaborado pelos autores com dados do INEP/MEC (2019).

A partir dos dados podemos inferir que a expansão da Educação Superior no Cariri ampliou as vagas tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, entretanto, a oferta de vagas por parte das instituições privadas superou a oferta nas universidades públicas em alguns anos, como em 2014, em até 50%. Sendo que o único ano da série em que os ingressantes nas instituições públicas superaram os ingressantes nas instituições privadas foi o ano de 2011.

Essa constatação é ainda mais emblemática do caráter da expansão quando se observa que uma parte dessas vagas é subvencionada pelo financiamento público, por programas como o PROUNI e o FIES. Assim, instituições privadas, orientadas para a obtenção de lucro, acabam por receber quantias consideráveis do Fundo Público para oferecer educação às camadas mais pobres da educação, como no caso do PROUNI, que é voltado para jovens pertencentes a famílias de baixa renda e oriundos do Ensino Médio em escolas da rede pública ou em escolas da rede privada, desde que como bolsistas. O gráfico abaixo apresenta a concessão de bolsas do Programa Universidade para Todos no CRAJUBAR, de 2015 a 2019:

Figura 2: Bolsas PROUNI ofertadas no CRAJUBAR



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do PROUNI/MEC (2019).

A tendência observada no gráfico demonstra, exceto em 2016, que a tendência é de crescimento da concessão de bolsas com a ampliação das bolsas parciais, modalidade na qual o aluno arca com apenas 50% dos custos das mensalidades, seja com recursos próprios, seja buscando financiamento estudantil pelo FIES ou outros.

Reinventar a Universidade Pública

Diante do exposto, fica claro que cada vez mais o Ensino Superior é visto como um serviço a ser explorado por grandes empresas privadas que se colocam como grupos de educação no afã de auferir lucros com a demanda por qualificação da população, principalmente nas localidades mais afastadas das capitais. Assiste-se cada vez mais a uma mercantilização da universidade.

Essa mercantilização leva a uma redefinição das formas e funções da universidade. Segundo Bellei (2006), esta penetração do mercado na instituição universitária privilegia mais os administradores e gestores que os pesquisadores e docentes, o aluno é visto como consumidor, enquanto o professor torna-se apenas um mero vendedor de pacotes que, em detrimento da educação, reproduzem apenas formas rápidas e produtivas de formação. É o que Santos (2010) chama de paradigma empresarial na educação, o qual é imposto às universidades, tanto públicas quanto privadas, e ao mercado educacional, desenhado globalmente para garantir a máxima rentabilidade.

A legitimidade da universidade não pode mais ser assegurada apenas pela formação de uma elite privilegiada e da produção de um conhecimento também socialmente privilegiado (SANTOS, 2010). Uma instituição concebida para educar as elites foi chamada a se reinventar e, para tanto, busca formas de contato e diálogo com as demais classes que historicamente estavam excluídas do ensino superior, considerando que “a educação isolada de outros setores e sem a participação da sociedade, não pode promover a transformação necessária. Entretanto, sem ela, essa transformação torna-se inviável” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011, p.11).

É neste contexto que Santos (2010) propõe que a universidade busque responder positivamente às demandas por sua democratização, trazendo para seu seio os grupos excluídos e seus saberes, realizando a inserção do país nos contextos da distribuição e produção de conhecimentos transnacionalizados, pois “o único modo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra hegemônica” (SANTOS, 2010, p.56)

Para Santos (2010), só se pode combater o novo com o novo, pois as mudanças são irreversíveis, sendo necessário lutar para que a universidade possua a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão, pois sem qualquer destes não há universidade, apenas ensino superior. A universidade não pode mais ser apenas produtora de conhecimentos socialmente privilegiados, isolados da sociedade e preocupada com a formação da elite sob pena de perder sua legitimidade (SANTOS, 2010).

Na verdade, é preciso que a educação superior vá além e que seus atores possam “perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito” (MESZÁROS, 2008, p.35).

A luta é para que a Educação Superior pública não se descaracterize sobre as pressões de adaptação ao mercado. A expansão precisa garantir não apenas acesso, mas a inclusão social por meio do combate às desigualdades de qualquer natureza e à promoção de oportunidades não só para a comunidade acadêmica, mas extramuros a universidade.

A educação, tal como é proposta no semiárido, apenas corrige alguns aspectos mais graves do sistema “de forma que sejam mantidas intactas as determinações fundamentais da sociedade como um todo” (MESZÁROS, 2008, p.25).

O Semiárido é um território complexo e como tal ele possui “a necessidade de um princípio de explicação mais rico do que o princípio de simplificação (separação/redução), que podemos denominar princípio de complexidade” (MORIN, 2014, p.30). O que se propõe para o Semiárido, nesta pesquisa, é entendê-lo dentro de seu contexto físico, cultural, biológico, sociológico, histórico, entre outros. Por isso a necessidade constituir um modelo de educação no qual se repense as concepções de homem e de sociedade, apontado para uma sociedade mais justa e igualitária, onde o ensino possa não expropriar os saberes tradicionais dos sertanejos em benefício do capital, mas que por meio deles constitua um novo saber que dê ao aluno condições de tornar-se o próprio sujeito de sua educação.

A educação promovida no semiárido precisa apontar para a superação do capital se de fato quer superar a exploração de seu povo e as desigualdades próprias da lógica capitalista. É a educação necessária diante da “impossibilidade orgânica de o homem desenvolver-se plenamente no capitalismo, bem como da necessária afirmação da possibilidade de o homem desenvolver-se em todas as suas potencialidades” (SILVA, 2006).

Considerações finais

A premente necessidade de se constituir no semiárido uma proposta de educação que supere a dicotomia entre os dois paradigmas atuais: o de combate às secas e o de convivência com o semiárido, torna-se condição para que a educação possa avançar além do capital, uma vez que este possui uma visão de educação instrumental e utilitária incapaz de desenvolver o pleno potencial do ser humano. A expansão da educação para o semiárido, com a criação de escolas técnicas e universidades, baseada em sua maior parte pelo setor privado, assume esse caráter com poucas exceções, mesmo essas ainda permanecendo nos marcos do capital.

Este trabalho mostra que as necessidades dos semiáridos e as demandas da população do território precisam de um modelo diferenciado. Um modelo que deve ser construído de forma coletiva pelas comunidades acadêmicas das instituições com a população do território para que a expansão possa ser consolidada e possa apresentar resultados que apontem para a emancipação do referido território.

As políticas públicas que passaram a ser aplicadas pelos governos Temer e Bolsonaro, de caráter neoliberal, levaram a redução dos investimentos na expansão universitária com medidas como o Teto dos Gastos e o contingenciamento de recursos orçamentários, acrescentado mais um desafio para as instituições. A universidade pública a serviço da sociedade do semiárido precisa se reinventar, tanto para atender as especificidades do semiárido, quanto para atravessar o período neoliberal em curso. A atuação da universidade no semiárido precisa se colocar para além do capital, para além dos limites que o neoliberalismo lhe deseja impor.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo Cortez, 2011.

BALDIJÃO, C.E.; TEIXEIRA, Z.A. **A educação no governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido. *In*: CONTI, I.; SCHROEDER, E. O. (org.) **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília-DF: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, 2013.

BARBOSA, E.P.; MACIEL, P.H.F.; SILVA, W.P. Limites das políticas públicas e do Estado no Capitalismo. *In*: SEMINÁRIO CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E ONTOLOGIA DO SER SOCIAL – CETROS. 6., 2018, Fortaleza. **Anais eletrônico** [...] Fortaleza: UECE, 2018. Disponível em <http://uece.br/eventos/viseminariocetros/anais/index.html>. Acesso em 05 abr. 2019.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Universidade Mercado e crise do pensamento. *In*: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (orgs.). **Universidade e compromisso social**. Brasília: INEP, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate)

BEZERRA, A.A.C.; ROSITO, M.M.B. Formação de profissionais que atuam em escolas de educação básica localizadas no semiárido brasileiro: uma

contribuição aos estudos da alteridade nas políticas públicas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 165-190, jan./mar. 2011.

BRASIL. Lei 12, 826, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 6 jun. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm. Acesso em: 30 ago. 2019.

BURSZTYN, M.; CHACON, S.S. Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordeste. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 30-61, 2011.

CEARÁ. Lei complementar nº 154, de 20 de out. de 2015. Define as regiões do Estado do Ceará e suas composições de municípios para fins de planejamento. **Diário Oficial do Estado do Ceará.** Seção 03, Fortaleza/CE, ano 198, p. 1-2, 22 out. 2015. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2017/06/Lei-Complementar-154-2015-Define-as-regi%C3%B5es-do-Cear%C3%A1.pdf>. Acesso em : 08 jul. 2019.

CHALUB, L.; FRATE, C.A.; VICENTIM, F.M. Inserção social e universidades brasileiras: as melhores práticas. *In:* NASCIMENTO, E.P.; PENA-VEJA, A. (Orgs.) **As novas dimensões da universidade:** interdisciplinaridade, sustentabilidade e inserção social. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** 2010. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Ceara.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo Expressão Popular, 2008b.

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Martin Claret, 2008a.

- MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo Boitempo, 2008.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice de Araripe de Sampaio Doria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- PEREIRA, E.S. Educação contextualizada e convivência com o semiárido: lutas, conquistas e desafios. In: CONTI, I.; SCHROEDER, E. O. (org). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília-DF: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, 2013.
- QUEIRÓZ, M.A. Semiárido brasileiro: uma análise das potencialidades e das competências para seu desenvolvimento. **Parcerias Estratégicas**. Brasília/DF, v.14, n.29, p.129-144, jul./dez. 2009.
- SANTOS, A.M.M.M.; CORRÊA, A. R.; ALEXIM, F. M. B.; PEIXOTO, G. B. T. Deslocamentos de empresas para os estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria calçadista. **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 63-82, mar. 2002
- SECCHI, L.. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- SILVA, Antonia Almeida. Democracia e democratização da educação: primeiras aproximações a partir da teoria do valor. In: PARO, V. H. **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L. (org). **Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Wagner Pires da. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2016.

SULIANO, D. C. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC)**: avaliação das repercussões educacionais e sociais. 2013. 138f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2013.

Recebido em: Julho/2019

Aceito em: Março/2020